

RESULTADO DA AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 22 a 24/02 – Sessão deliberativa

Os senadores deliberam em Plenário nesta terça-feira (22), a partir das 16h, sobre o projeto que cria a Política Educacional Emergencial (Pede), a ser executada nos anos finais do ensino fundamental e médio nas escolas públicas.

Consta também da pauta do Plenário o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 56/2015, que prevê um sistema de protocolo integrado válido em todo o país para a entrega de originais de documentos físicos juntados a processos judiciais. O objetivo seria facilitar o cumprimento de prazos pela Justiça.

Ainda na área judicial, os senadores deverão deliberar sobre o PL 4.041/2021, da Defensoria Pública da União, que transforma 21 cargos de defensor público federal de 2ª categoria em 18 cargos de defensor público da 1ª categoria.

Outro item de pauta do Plenário é o PL 5.106/2019 que institui documento de identidade próprio às categorias que trabalham em cartórios, como notários, registradores e escreventes.

Por fim, fecha a pauta do Plenário o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 827/2021 para aprovação de texto da Emenda à Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear, endossada pelo Brasil por ocasião da Conferência da Emenda da referida Convenção, ocorrida em 2005, em Viena. A relatoria é do senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO).

Na quarta-feira (23), constam dois projetos (PLP 11/2020 e PL 1.472/2021) com objetivo de estabilizar os preços e conter a alta dos combustíveis. O relator, senador Jean Paul Prates (PT-RN), sugere a criação de uma Conta de Estabilização de Preços, administrada pelo

governo e abastecida com um novo imposto sobre a exportação do petróleo bruto. Ele também sugere novas regras para a cobrança de ICMS sobre os combustíveis.

Também estão na pauta do Plenário o sistema integrado de ações judiciais (PLC 56/2015) e mutirões terapêuticos para pessoas com deficiência (PL 2.868/2019).

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

Reforma tributária: O parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição da reforma Tributária (PEC 110/2019) será lido na Comissão de Comissão e Justiça (CCJ), na próxima quarta-feira (23), de acordo com o relator da matéria, senador Roberto Rocha (PSDB-MA). O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, afirmou que "aprovada na CCJ, a PEC será pautada no Plenário".

Resultado: O Senado aprovou, nesta terça-feira (22), o PL 4041/2021, que transforma 21 cargos de defensor público federal de 2ª categoria (categoria inicial) em 18 cargos de defensor público da 1ª categoria (categoria intermediária, que atua nos tribunais regionais federais, entre outros). A matéria seguirá para a sanção do Presidente da República.

Reforma tributária: O senador Roberto Rocha (PSDB-MA), apresentou à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), nesta quarta-feira (23), sua complementação de voto a PEC 100/2019, que trata da reforma tributária. Entre as principais alterações ao relatório inicial está a duplicação do período de transição dos atuais tributos para o Imposto de Bens e Serviços (IBS), para estados e municípios, anteriormente prevista em 20 anos e agora fixada em 40. Após a leitura do novo texto pelo relator, foi concedida vista coletiva, com o compromisso do presidente do colegiado, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP), de colocar a matéria em discussão e deliberação após a semana do Carnaval. Para acessar o voto do relator, [clique aqui](#).

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 22 a 24/02 – Sessão deliberativa

Na pauta da semana, consta a MP 1072/2021, que trata do mercado de títulos e valores imobiliários. Entre os projetos pautados, destacam-se o PL 1613/2021, que trata dos processos de incorporação de tecnologias no SUS); e o PL 442/1991, que trata da regulamentação dos jogos de azar.

Vale ressaltar que na semana passada, 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), informou que foi adiada para esta semana a votação do requerimento de urgência do Projeto de Lei 2630/20, que criminaliza a divulgação de informação falsa ou incompleta na internet, as chamadas fake news.

Outras matérias poderão ser incluídas na pauta mediante acordo de líderes.

Resultado: A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (23), por 246 votos a 202, o texto-base do projeto de lei que legaliza os jogos no Brasil, como cassinos, bingos, jogo do bicho e jogos on-line, mediante licenças em caráter permanente ou por prazo determinado. Na quinta-feira (24), sete destaques, que tinham por objetivo promover alterações no texto, foram rejeitados. A proposta segue para análise do Senado.

Os deputados mantiveram o parecer do deputado Felipe Carreras (PSB-PE), que concede licenças permanentes ou temporárias para explorar a atividade. Cada estado poderá ter um cassino, com a exceção de Minas Gerais e Rio de Janeiro, que poderão ter dois, e São Paulo, três.

A redação final do projeto ainda não foi divulgada. Para acessar o parecer do relator com o último substitutivo apresentado, [clique aqui](#).

A Câmara dos Deputados também aprovou, em dois turnos, a proposta de emenda à Constituição (PEC) que transfere gratuitamente a estados e municípios os terrenos de

marinha ocupados pelo serviço público desses governos e, mediante pagamento, aos ocupantes particulares. A PEC 39/11 será enviada ao Senado.

Por fim, foi aprovado o projeto do Senado conhecido como Lei Paulo Gustavo, que direciona R\$ 3,86 bilhões do superávit financeiro do Fundo Nacional de Cultura (FNC) a estados e municípios para fomento de atividades e produtos culturais em razão dos efeitos econômicos e sociais da pandemia de Covid-19. A proposta (PLP 73/2021) retornará ao Senado devido às mudanças feitas pela Câmara.

GT do estatuto da vítima – 23/02, às 15h

Audiência Pública sobre Direito à assistência e ao tratamento individual e não discriminatório; Direito de assistência por profissionais das áreas de saúde e de assistência social; Atendimento individual, sendo vedada a prática de quaisquer atos que importem em violação a sua dignidade; Direito ao ressarcimento de despesas, à indenização e a restituição de bens; Reembolso das despesas efetuadas em resultado dessa participação em procedimentos ou processos criminais; Direito a obter uma indenização relativa à indenização por danos materiais, morais e psicológicos causados por parte do agente do crime por ocasião da prolação de sentença condenatória.

Para acessar o plano de trabalho do relator, [clique aqui](#).

Coordenador: Tia Eron (REPUBLICANOS/BA)

Relator: Gilberto Nascimento (PSC/SP)

Resultado: O Grupo de Trabalho que analisa o Estatuto da Vítima (PL 3890/20) realizou reunião nesta terça-feira (22) para discutir os direitos à assistência profissional de saúde, ao tratamento individual e à indenização e ressarcimento de despesas de vítimas.

A presidente da Comissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB-SP e Diretora do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Priscila dos Santos, elogiou os avanços do

Estatuto da Vítima e ressaltou a necessidade de capacitação profissional para atendimento às vítimas, principalmente às mulheres. “Diversas vezes o ciclo de violência não é entendido e a mulher passa a ser julgada e não acolhida. Isso faz com que muitas delas não procurem atendimento e nem façam as denúncias”, explicou.

A atriz Cristiane Machado, sobrevivente de violência doméstica, contou sobre as dificuldades enfrentadas pelas vítimas na sociedade. “Mesmo com as imagens, os áudios, as fotos, os laudos e todo o material probatório, ainda enfrentamos preconceito e somos revitimizadas. Hoje a sensação é que a vítima também é ré no processo, pois falta amparo”, disse.

O artesão Wilson Domingues, vítima de abuso e violência na infância, destacou a dificuldade em conseguir atendimento público. Segundo ele, o auxílio às vítimas de abuso acontece por tempo limitado, enquanto o agressor tem apoio por tempo indeterminado. “O que podemos esperar do futuro do nosso país se não trabalharmos na infraestrutura e na legislação para que as pessoas não tenham vergonha e medo de denunciar?”, questionou.

Ainda sobre a importância do atendimento especializado, a promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Jaqueline Gontijo, falou sobre o projeto desenvolvido pelo órgão. “Criamos um programa de promoção dos direitos das vítimas, de atenção e de acolhimento justamente para melhorar o sistema e torná-lo humanizado. A iniciativa tem três eixos de atuação: informação, proteção e participação. Vários estados vêm fazendo esse esforço e tenho certeza que o Congresso vai alcançar um grande marco para impulsionar os atendimentos com a aprovação do Estatuto”, destacou.

Já o promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), Frederico Albernaz, elogiou a previsão de reembolso das despesas da vítima com a participação no processo. “O Código Penal determina essa reparação dos danos, mas infelizmente não são dispositivos que têm grande eficácia. O Estatuto traz o reforço da indenização por danos materiais, morais e psicológicos. Um grande avanço”, disse.

A representante da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), promotora de Justiça Deluse Florentino, reforçou o apoio da associação ao Estatuto da Vítima e disse que o texto está alinhado com as normatizações internacionais. “A CONAMP emitiu nota técnica onde ratifica o posicionamento de total apoio ao Projeto de Lei. Entendemos que essa proposta vai dar concretude à dignidade da pessoa humana, consagrada na Constituição”, completou.

A importância da capacitação de profissionais que atendem vítimas e a prevenção da vitimização secundária foram temas da reunião realizada nesta quinta-feira (24). A audiência pública contou com a presença de Thabata Tirelli, vítima de violência doméstica e patrimonial; da promotora de Justiça e Gestora do Projeto Acolhimento de Vítimas, Análise e Resolução de Conflitos (AVARC), Celeste Santos; da psicóloga, advogada e professora Doutora pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Maria Facury e da jornalista Isabela Leite.

Para assistir as íntegras das reuniões, clique [aqui](#) e [aqui](#).